

ATA NÚMERO 149/XII (3.ª)

Aos doze dias do mês de fevereiro de 2014, pelas 10 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 2, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, SA, na sequência do requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, para prestar esclarecimentos sobre o novo modelo de governo da RTP, SA.

—

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, agradeceu a presença dos membros do Conselho de Administração da RTP, SA, Alberto da Ponte, Luiana Nunes e António Beato Teixeira, e explicou a metodologia dos trabalhos.

O Senhor Presidente do Conselho de Administração da RTP, SA, fez uma intervenção de âmbito geral, tendo começado por sublinhar que o contrato de concessão era um documento determinante para a arquitetura do edifício público que se pretendia construir.

No que respeita aos Estatutos, disse que o Conselho de Administração apresentou à tutela, a título meramente contributivo, sugestões de melhoria para que possa haver uma gestão eficiente, uma salvaguarda da autonomia editorial e uma não sobreposição entre o Conselho Geral Independente e o regulador.

Em relação ao contrato de concessão, frisou que era importante salvaguardar a autonomia do serviço público de *media* em relação aos outros operadores, a não introdução no contrato de concessão de normas cristalizantes e o seu financiamento em relação a eventuais novas obrigações.

Disse que o plano estratégico da empresa estava a ser executado religiosamente, e com sucesso, mas com um atraso na componente de redimensionamento, fruto da falta de *cash*; que, em relação ao ajustamento e à reforma estrutural, raros eram os que tinham consciência do esforço feito pela RTP nos últimos três anos; que, entre 2011 e 2014, houve uma redução de financiamento

público da ordem dos 94 milhões de euros e uma redução de gastos e perdas da ordem dos 70 milhões de euros, sendo o total do reajustamento de 164 milhões de euros, o que era praticamente o orçamento da Cultura em Portugal.

Sublinhou, também, que se procedeu a uma redução de mais de 30% na estrutura diretiva de topo e de 220 trabalhadores; que no primeiro trimestre de 2013 a audiência dos dois canais somava 14,7% mas que passou no quarto trimestre para 16,8%, atingindo na última semana do ano 18,2%, o que traduzia que a RTP estava a ganhar relevância e preferência; que a Antena 1 teve em 2013 o melhor resultado dos últimos 20 anos em termos de audiências, dados muito importantes porque traduziam a sua relevância e preferência, algo extremamente importante para a sobrevivência da RTP.

Disse que, entre 2012 e 2013, houve uma diminuição do número de queixas endereçadas a ambos os Provedores (cerca de 40%); que, em 2013, das 8760 horas de emissão de cada canal 70% foram preenchidas com produção nacional; que de 2012 para 2013 a RTP teve mais 137% de horas de ficção nacional e mais 49% de documentários e de divulgação cultural (só na RTP1); que houve o relançamento dos canais internacionais, com três emissões independentes, cobrindo três faixas horárias distintas e com uma informação exclusiva; que, num mundo em constante mutação, a RTP criou um *cluster* tecnológico de que já resultou o Portal «Ensina», e que há menos de uma semana foi lançada a aplicação 5I, segundo ecrã de televisão em Portugal.

Terminou sublinhando que o mérito não era seu, mas sim, de todos aqueles que acreditavam que era possível vencer servindo, de todos aqueles que trabalhavam e muito e que não contavam as horas para vestir a camisola envergada.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Sérgio Azevedo (PSD), Raúl de Almeida (CDS-PP), Cecília Honório (BE), Carla Cruz (PCP), Inês de Medeiros e Jorge Pereira (PS).

O Senhor Deputado Sérgio Azevedo (PSD) começou por perguntar se a criação do Conselho Geral Independente poderia ferir o contrato inicial de que resultou a sua nomeação como Presidente do Conselho de Administração da RTP; se, de um modo geral, estava de acordo com as alterações legislativas propostas pelo Governo, sobretudo as que tinham a ver com os Estatutos da RTP; se o empréstimo financeiro que a RTP estava neste momento a negociar tinha como objetivo exclusivo o cumprimento do disposto no PDR, ou se ele tinha por base a falta de liquidez da

empresa, sobretudo no que respeitava ao pagamento dos salários aos trabalhadores já no próximo mês de março; se o novo modelo de financiamento do canal de televisão através da CAV irá permitir que a RTP atinja os seus objetivos e os seus propósitos; se, relativamente à entrevista que deu recentemente ao *Notícias TV*, podia explicar o intuito da expressão grave que utilizou de que «há gente na RTP que não faz puto», e dizer como é que ela foi recebida no seio da empresa.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) colocou questões sobre a articulação entre o financiamento resultante da CAV, a reestruturação da empresa, o investimento tecnológico e os recursos humanos; o Conselho Geral Independente enquanto «regulador de qualidade»; a reestruturação da rádio e o futuro da RTP Internacional,

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) perguntou se, com o novo modelo de governação, se mantinham os poderes de gestão do Conselho de Administração; se tinha sido o Presidente do Conselho de Administração a sugerir o valor da CAV; se podia transmitir as falhas que tinha detetado no modelo da BBC; se havia ou não um risco financeiro na empresa, e se podia garantir que os salários de março iam ser pagos; se já tinha os estudos relativos aos Centros Regionais dos Açores e da Madeira; se podia adiantar mais informações sobre o encerramento de delegações, o despedimento coletivo e o destino dos profissionais da RTP; se ia ou não haver internacionalização da manutenção; e se conseguia conciliar a agressividade utilizada para com os trabalhadores com a justificação de algumas verbas despendidas pelo Conselho de Administração – como era o caso da verba de 880 mil euros gastos em serviços de consultadoria.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) perguntou como é que o Presidente do Conselho de Administração podia dizer que a RTP tinha trabalhadores a mais quando se sabia que a empresa estava constantemente a recorrer a trabalhadores externos para assegurar programas diários; quantos trabalhadores iam ser despedidos e quando é que ia ter lugar a internacionalização dos meios de produção e da manutenção; se, atendendo às dificuldades na obtenção de crédito, os salários de março iam ou não ser pagos; se o atual modelo de financiamento era suficiente; e se podia adiantar as conclusões do estudo relativo aos Centros Regionais dos Açores e da Madeira e enviá-lo para a Assembleia da República.

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) levantou uma série de questões, designadamente, se houve ou não uma recomendação da Presidente da EBU para que a CAV fosse de 3 euros; se havia ou não um buraco orçamental na RTP e, se sim, qual o seu valor; de quanto é que a empresa precisava para ficar numa situação estável; em que departamentos é que

havia trabalhadores a mais; quem são os trabalhadores que «não fazem puto»; qual era a «produção independente estrangeira» que a RTP ia apoiar; o que se passava com os direitos do Mundial de Futebol; e qual o montante global da indemnização paga a Nuno Santos.

O Senhor Deputado Jorge Pereira (PS) perguntou se a proposta apresentada para o Centro Regional dos Açores tinha em conta o parecer do Governo Regional sobre a autonomia administrativa, financeira e editorial, e como pensava a RTP assegurar o financiamento e o investimento do serviço público de rádio e televisão na região, uma vez que os instrumentos estavam obsoletos e eram necessárias novas instalações para algumas delegações.

O Senhor Presidente do Conselho de Administração da RTP, SA, respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados no seguimento das suas intervenções, tendo referido que se o novo contrato de concessão fosse contra a sua ética, ou contra aquilo para que foi chamado, teria apresentado a demissão; que os novos estatutos da RTP baseavam-se no modelo da BBC e que a única contribuição que deu foi a que resultou do conhecimento profundo do que falhou; que este conselho de administração ficará, em princípio, até ao fim do seu mandato; que o plano estratégico estava em perfeita sintonia com o definido no Plano de Desenvolvimento e de Redimensionamento; que o empréstimo pedido destinava-se ao programa de reestruturação e ao investimento na modernização; que o financiamento feito através da CAV era transparente; que um dos objetivos consagrados no PDR é o de, em 2014, a RTP ser já independente do Orçamento do Estado; e que, saber se a CAV vai ou não ser suficiente, dependerá da capacidade de reduzir os custos e das obrigações resultantes do novo contrato de concessão.

Disse que reconhecia que a expressão que utilizou na entrevista tinha sido um bocadinho exagerada, que não era muito normal, mas que fazia parte do jargão português; que na RTP, como em todas as empresas, havia alguns trabalhadores que trabalhavam muito, outros menos e outros que não trabalhavam nada; que, se se conseguir fazer a reestruturação da empresa, os meios serão suficientes e será possível fazer investimentos na qualidade e na grelha; que a RTP tem de reduzir custos mas ser dotada com os instrumentos tecnológicos e de investimento que possam garantir a sua sustentabilidade no futuro; que grande parte da verba extra da CAV será para os serviços internacionais; que, este ano, a RTP vai duplicar o orçamento para a grelha de programação da RTP Internacional e RTP África; e que o grupo de trabalho, chefiado pelo Secretário de Estado, Pedro Lomba, está neste momento a produzir uma recomendação clara sobre o que devem ser os serviços internacionais.

Adiantou, ainda, que o Ministro da tutela não queria «despachar» este Conselho de Administração e que lhe tinha pedido a sua colaboração na construção do futuro da RTP; que o Conselho de Administração tinha apresentado várias propostas relativamente ao valor da CAV, mas que o Governo tinha optado pela verba de 2,65 euros; que o estudo relativo aos Centros Regionais dos Açores e da Madeira estava pronto e seria entregue esta semana ao Ministro; que a internacionalização dos meios e da manutenção da RTP prevista no PDR estava a ser levada a cabo de uma forma transversal, envolvendo os próprios trabalhadores

Salientou, também, que o plano de reestruturação tinha forçosamente de reduzir os custos com pessoal em 23 milhões de euros, e que o programa de saídas voluntárias seria feito com o menor custo social possível; que, se faltasse financiamento, a RTP teria de recorrer a soluções mais dolorosas, incluindo o despedimento coletivo; que existia dinheiro para pagar salários; que, se surgissem novas obrigações, ou mais do que aquelas que constavam do antigo contrato de concessão, a RTP teria de procurar novas formas de financiamento; que havia produtores independentes que tinham acionistas estrangeiros;

Mais esclareceu, que os direitos do futebol tinham sido negociados há seis anos, e que tinha um plano B para recuperar as receitas que a RTP não tinha recebido dos privados; que não podia adiantar nada sobre o processo de Nuno Santos porque estava obrigado a um dever de sigilo; por fim, disse que tinha recomendado que a RTP 2 passasse para o Porto, mas que isso só seria concretizado quando houvesse novo contrato de concessão.

Na segunda ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Maria da Conceição Caldeira (PSD), Pedro Morais Soares (CDS-PP), Cecília Honório (BE), Carla Cruz (PCP) e Paulo Pisco (PS).

O Senhor Presidente do Conselho de Administração da RTP, SA, respondeu no fim a todas as perguntas formuladas.

Findas as intervenções, o Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação agradeceu a presença dos membros do Conselho de Administração da RTP, SA, e deu a audição por encerrada.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

A reunião foi integralmente gravada em suporte vídeo, que se encontra disponível em http://srvvideo3/site/XIILEG/3SL/COM/12-CPECC/CpECC_20140212.mp3, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 12 horas e 30 minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

Palácio de São Bento, 12 de Fevereiro de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(MENDES BOTA)

—————
Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa
Ana Oliveira
André Pardal
Carla Cruz
Cecília Honório
Hermínia Azenha
Inês de Medeiros
Jacinto Serrão
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Mónica Ferro
Pedro Delgado Alves
Raúl de Almeida



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Rosa Arezes
Sandra Pontedeira
Sérgio Azevedo
Carlos Enes
Jorge Rodrigues Pereira
Paula Gonçalves
Paulo Pisco
Pedro Morais Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Portugal
Lídia Bulcão

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto
Paulo Almeida

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 29/04/2014.